

# LIVRE



verde como as alfaces  
lilás como os jacarandás

Veredas de Lisboa:

## Transformar as ruas em jardins

por Henrique Castro e Francisco Costa

Um novo tipo de espaço verde que tornará mais agradável andar a pé em Lisboa e que ajuda a combater as alterações climáticas.



Proposta para a Rua da Prata, Lisboa

“Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”, diz o Artigo 66.º da Constituição — e é no cumprimento deste dever que o LIVRE apresenta a proposta “Veredas de Lisboa”, um ambicioso programa de requalificação do espaço público para o aumento das áreas verdes na cidade. Uma medida que permite a Lisboa fazer frente aos desafios que as alterações climáticas trazem à cidade, como o aumento da temperatura e a maior ocorrência de cheias, evitando assim as graves consequências que tais eventos acarretam. **Cont. P.2**



### Poster

Proposta do LIVRE para a Avenida Almirante Reis no interior

Jornal dos eleitos do LIVRE em Lisboa

## Chegou o LIVRE ALFACE

Editorial

por Isabel Mendes Lopes e Rui Tavares



“Pois ficareis alfacinhas para sempre”, escreveu Almeida Garrett nas *Viagens na Minha Terra*, “cuidando que todas as praças deste mundo são como a do Terreiro do Paço”.

Na verdade, ninguém sabe quando nem como começou esta mania, ou este mimo, de se chamar alfacinhas aos lisboetas. A explicação mais plausível é que venha dos nossos antepassados moçárabes (que também nos legaram a barca e os corvos dos símbolos da cidade). Os habitantes de Al Usbuna chamavam aos dos arrabaldes “salaios” (de “salawi”, rústico), e estes respondiam chamando-lhes “al’hass”, que em árabe quer dizer “alface”, e a que os portugueses do norte juntaram um carinhoso e quase galego “inho”. Alfacinhas assim ficaremos para sempre.

O LIVRE Alface nasce — ou deveríamos dizer “brota”? — da vontade de trazer mais frescura à política na cidade de Lisboa. Dizem que o verde alface é piroso, mas nós achamos que vai bem com a nossa papoila vermelha e com a nossa ecologia galharda.

O LIVRE Alface é repositório de propostas, ideias e sonhos. É responsabilização de eleitos e é vontade de contactar com eleitores. É espaço de pensar sobre a cidade, de a defender e de a projetar para o futuro. Tem os caminhos das veredas de Lisboa e tem nos antetítulos o lilás dos seus jacarandás. É um periódico sem periodicidade certa, mas não é uma folha de couve qualquer!

A cidade é, como explicamos na última página, uma criação cujo destino é ser-se feliz e cujo funcionamento é, na verdade, muito simples. Tem quatro peças principais, às quais dedicamos as nossas páginas interiores. Duas referem-se à dimensão espaço e duas são da dimensão tempo: se tivermos propostas transformadoras em cada uma dessas quatro dimensões, mudamos a vida para muito melhor.

São elas, na dimensão espaço: morar e mover. Na dimensão tempo: empregar o tempo e passar o tempo, ou o lazer e a labuta (aquilo que os latinos chamavam “otium et negotium”, o ócio e o trabalho, que “nega o ócio”). Vamos passá-las em revista.

MORAR está no centro de tudo, numa cidade. Onde moramos e como moramos. Se a moradia é digna, confortável, adequada e com boas condições de salubridade, como manda a Constituição. Se não se passa frio demais no inverno (e Lisboa é a capital da Europa ocidental onde se passa mais frio dentro de casa) e calor demais no verão. E, acima de tudo, se conseguimos pagar a casa onde moramos.

MOVER-NOS, deslocarmo-nos, movimentarmo-nos é o passo fundamental em qualquer cidade, passada, presente ou futura. De avenidas onde nos possamos deslocar em segurança, despolidas e arborizadas. A transportes públicos frequentes, fiáveis e acessíveis. A novas modalidades de serviço, como os “amarelinhos” para o transporte escolar, aqui tem por onde começar a fazer caminho.

E depois, o LAZER e a LABUTA, o passar tempo e o ganhar tempo, o fazer pela vida e o fruir a vida. Dos quartéis renovados às bibliotecas de tipo novo, das veredas à economia do conhecimento, do ambiente à cultura e aos direitos humanos. O governo da cidade pode estar compartimentado em pelouros e pelourinhos. Nós viemos para dizer: isto anda tudo ligado. Viva Lisboa livre, viva Lisboa Verde, viva Lisboa Verde e LIVRE alface.

## Veredas de Lisboa: transformar as ruas em jardins

Os benefícios dos espaços verdes urbanos não se limitam à mitigação dos efeitos das alterações climáticas, como é comprovado por diversos estudos científicos que demonstram como estes espaços proporcionam a redução da poluição atmosférica, o arrefecimento do ambiente e retenção das águas das chuvas, entre outros. Implicam também um aumento de qualidade de vida para as pessoas, tais como uma melhoria da saúde física e mental, em particular de crianças e idosos, e a promoção de maior coesão social em comunidades mais desfavorecidas, de acordo com estudos conduzidos pela Agência Ambiental Europeia.

Em termos económicos, faz todo o sentido investir em áreas verdes. Um estudo realizado por investigadores portugueses e americanos chegou à conclusão de que por cada um dólar investido na gestão e manutenção de árvores, os residentes recebem de volta, aproximadamente, 4,48 dólares em poupanças de energia, ar puro, redução das inundações e dos níveis de CO<sub>2</sub>. Ganha a cidade, ganham as pessoas — e o planeta.

Ruas com maior cobertura arbórea e vegetal, redesenhadas de modo a privilegiar o espaço para as pessoas circularem, seja a pé ou de bicicleta, com acalmia do tráfego local, tornando-as mesmo pedonais, como acontece em outras cidades

europeias, como Paris e Barcelona. Porque não em Lisboa também? A nossa cidade precisa de mais espaços verdes — não só para o lazer, mas para o bem-estar e para ajudar a combater as alterações climáticas.

A Câmara Municipal tem de assumir o seu papel em proporcionar aos seus habitantes uma cidade mais verde e sustentável, uma vez que assumiu compromissos no âmbito de acordos internacionais, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, o Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia, a Rede de Liderança Climática “C40 Cities”, para citar apenas alguns. Sem esquecer que, localmente, a autarquia também se comprometeu com o reforço da infraestrutura verde, como está previsto em documentos oficiais como a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e o Plano de Ação Climática 2030.

O LIVRE apresenta a proposta das Veredas de Lisboa para ajudar a dar resposta aos desafios que as alterações climáticas trazem à cidade, proporcionando, ao mesmo tempo, uma solução que traz qualidade de vida para a população. Queremos privilegiar o bem-estar das pessoas e também chamá-las a intervir: propomos que em cada freguesia sejam os seus moradores a escolher quais os locais que desejam que se tornem veredas. Uma oportunidade única para construir coletivamente a cidade, reforçando a sua coesão social e identidade.

Atualmente, Lisboa está a atravessar uma série de

obras, como as relativas ao Plano Geral de Drenagem de Lisboa, entre outras intervenções, que obrigam ao fecho de várias vias na cidade. Estas circunstâncias permitem-nos ganhar uma nova perceção de como o espaço público pode ser mais bem aproveitado: calçadas mais largas e acessíveis, ciclovias, mais árvores e bancos de jardim — ruas mais seguras, vibrantes e cheias de vida. E se a sua rua fosse assim? O LIVRE quer dar esse poder de escolha aos lisboetas.

Não há tempo a perder. A urgência climática exige decisões políticas imediatas, e os governos locais têm um papel determinante neste cenário. As Veredas de Lisboa surgem como um caminho a ser trilhado na direção do desenvolvimento sustentável — um caminho cheio de vida, de verde e de alegria — de crianças a brincar ao pé de casa, de idosos a passear e a conversar à sombra das árvores, de jovens a irem para a escola por vias seguras, e de todos os habitantes a sentirem que a cidade respira e vive melhor.

Neste Dia Nacional dos Jardins, que se comemora, este ano, pela primeira vez no aniversário de Gonçalo Ribeiro Telles, celebremos criando as veredas de Lisboa.

## Será que quem vai à Louis Vuitton já anda de Metro?

Crónica de uma proposta aprovada

por Patrícia Gonçalves

Há pouco mais de um ano, em maio de 2022, a proposta do LIVRE pela redução da dependência dos combustíveis fósseis na Cidade de Lisboa foi aprovada em reunião da Câmara Municipal. Nas semanas seguintes levantou-se uma tempestade. Durante um ano aguardámos o Adamastor, agora parece que dobramos o cabo. Resta saber quem vai ao leme.

A proposta avançava medidas essenciais aos compromissos da “Missão das 100 cidades com impacto neutro no clima e inteligentes até 2030”, a que Lisboa se juntou em abril de 2022, com uma candidatura alicerçada na visão e estratégia para a mobilidade para Lisboa, MOVE 2030, que pretende assegurar, pelo menos, a neutralidade carbónica até 2030. Na proposta, o LIVRE propôs começar mais

cedo do que tarde, até pela fase aguda da dependência de combustíveis fósseis em que nos encontrávamos.

Nas semanas que se seguiram ficou famosa a frase “quem vai à Louis Vuitton não anda de metro”, do empresário Álvaro Covões, a propósito da pedonalização da Av. da Liberdade aos domingos e feriados, incluída na reativação do programa “A Rua é Sua”. Foram também infundáveis as objeções à redução da velocidade máxima de circulação em 10 km/h, apesar de ser bem conhecido, por exemplo, o impacto da redução da velocidade máxima de circulação para 30 km/h na diminuição do número de mortes por atropelamento. E depois... nada aconteceu.

E eis que o vereador com o pelouro da Mobilidade anuncia, há dias, a revisão dos limites de velocidade na cidade, mas “não de forma cega”. Mantenhamos então os olhos bem abertos e atentos ao calendário, à procura

da materialização da estratégia para a mobilidade em Lisboa, mas sem ilusões. É que ainda há um par de semanas fomos surpreendidos pela limitação do acesso a trânsito local à Baixa de Lisboa durante o dia, durante um ano, o que até se poderá prolongar definitivamente! Só que esta medida não se inscreve numa estratégia para a mobilidade na cidade, é antes uma limitação imposta pelas obras em curso — o Plano Geral de Drenagem e a expansão da rede do metropolitano, entre outras — que constroem fortemente a circulação na Baixa. E é assim que parece que finalmente estamos a dobrar o cabo, só que, afinal, são as obras quem vai ao leme.

## Ondas de Calor Entardecer

## Abrigar do calor: uma rede de refúgios climáticos em Lisboa

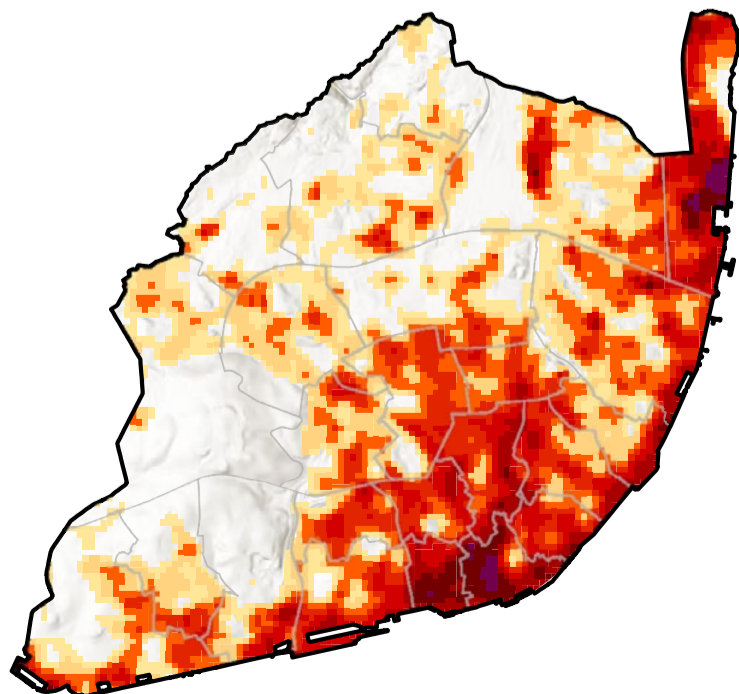
por Isabel Mendes Lopes

Lisboa, à semelhança do que já existe em várias cidades do mundo, deve ter uma rede de refúgios climáticos, onde as pessoas possam buscar abrigo do calor, pela sua saúde e bem-estar.

Um dos problemas que os eventos extremos, como ondas de calor, podem trazer é o isolamento das pessoas e a redução do convívio e lazer na cidade. Mas, numa onda de calor, “ficar em casa” não é uma boa opção. As nossas casas são termicamente más e não as conseguimos arrefecer: em Lisboa passa-se muito calor no verão dentro de casa. A exposição continuada das pessoas — especialmente das mais vulneráveis — a temperaturas elevadas tem efeitos devastadores na sua saúde e no aumento da mortalidade.

Lisboa deve ter uma rede de refúgios climáticos, locais espalhados por toda a cidade, acessíveis a poucos minutos a pé, onde as pessoas possam abrigar-se do

calor e continuar a conviver, a realizar atividades, a brincar. Existem já muitos espaços em Lisboa que podem servir de salvaguarda nas horas de maior calor, como bibliotecas, museus, pavilhões, piscinas municipais, edifícios municipais e que poderiam ser anunciados imediatamente como refúgios climáticos. E novos espaços devem ser criados nos próximos anos, exteriores ou interiores, para que todas as pessoas tenham um refúgio climático perto de casa e assim abrigar-se, de forma confortável, do calor, pela sua saúde e o seu bem-estar.



Fonte: Esri, Intermap, NASA, NGA, USGS

**Ofélia Janeiro**  
Conselho Municipal para a Igualdade



A representante do LIVRE no Conselho Municipal para a Igualdade é licenciada em Relações Internacionais e tem um curso pós-graduado em Direito do Consumo, na FDUL. Trabalhou no Departamento de Relações Internacionais do atual Instituto Nacional para a Reabilitação, dedicado à problemática dos cidadãos portadores de deficiência. Desde 2018 que trabalha no secretariado de um laboratório de investigação nacional, dando apoio a eventos, projetos nacionais e europeus e abertura de concursos nacionais e internacionais de bolsas e contratação de investigadores.. Nasceu e cresceu nos princípios da esquerda, desde sempre ligada ao movimento associativo. Foi fundadora e membro do Grupo de Contacto do LIVRE, é membro da Assembleia do LIVRE, e em 2017, foi eleita autarca na Freguesia do Areeiro onde lutou pela resolução dos problemas do Bairro Portugal Novo.

## Uma Provedoria dos Direitos Humanos em Lisboa

por Paulo Muacho

Garantir os direitos mais básicos de todas as pessoas passa também pela atuação das autarquias locais, por isso precisamos de uma Provedoria dos Direitos Humanos.

Defender os Direitos Humanos não é apenas uma função dos Governos internacionais ou da Organização das Nações Unidas (ONU), é também uma tarefa quotidiana, para ser praticada todos os dias, das forças de segurança, à Administração Pública e, sim, passando pelas autarquias também.

As autarquias locais são os órgãos mais próximos do dia-a-dia das pessoas e têm hoje uma atuação determinante nas nossas vidas. Quer estejamos a falar de política de espaços verdes, de mobilidade, da habitação ou cultura, as autarquias locais têm meios e possibilidades de ajudar a cumprir a Declaração Universal dos Direitos Humanos ou os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa. E têm por isso também a capacidade de atropelar os

nossos direitos. Assistimos a situações dessas tanto no caso “Russiagate” em Lisboa ou no acolhimento de refugiados em Setúbal.

Por isso o LIVRE propôs a criação de uma Provedoria dos Direitos Humanos da cidade de Lisboa, com a função de monitorizar a situação de direitos humanos na cidade, dando resposta a queixas dos cidadãos, investigando e fiscalizando irregularidades e apresentando recomendações aos serviços municipais. A proposta de criação da Provedoria dos Direitos Humanos foi apresentada no dia 22 de dezembro de 2021 e até ao momento não foi agendada para votação.

A si que nos está a ler, ajude-nos a pressionar: presidente Carlos Moedas, pelos Direitos Humanos, dê pressa à Provedoria!

**Contra as violações de direitos humanos no Mundial 2022 no Catar... e em 2030 em Marrocos?**  
por Safaa Dib

Desde que foi anunciado que o Catar acolheria o torneio do Mundial 2022, várias organizações humanitárias denunciaram, de forma veemente, as inúmeras violações de direitos humanos no país, em especial os direitos dos trabalhadores migrantes que foram contratados para construir os estádios e infraestruturas. Ao associar este torneio a um país com um historial de graves violações de direitos humanos, permitiram que fechemos os olhos ao racismo, à xenofobia, à discriminação e preconceito que tanto temos vindo a combater em Portugal e no seio da União Europeia.

O LIVRE apresentou um voto de condenação da realização do Mundial 2022 no Catar, e reforçou que a prática de um desporto inclusivo e sem discriminações é incompatível com a sua realização num país como o Catar, sendo Lisboa uma cidade defensora dos valores da liberdade e dos direitos humanos.

Agora que se apresenta uma candidatura conjunta ao Mundial 2030 de Portugal, Espanha e Marrocos — que oprime o povo do Saara Ocidental —, é caso para perguntar: Não vamos aprender com os erros?

## Brasões Coloniais do jardim da Praça do Império: uma história por contar

por Denise Mateus

No dia 14 de fevereiro, na cidade de Lisboa, no Jardim da Praça do Império, foram repostos os brasões coloniais, desta vez gravados na calçada portuguesa, numa clara manifestação de nostalgia e saudosismo do passado colonial.

Se os brasões são sinónimo e representação da história do passado português, em particular do período dos “Descobrimentos”, são também a representação de uma história não contada sobre o seu processo de colonização, uma história de violências, dominação e exploração de um passado marcado pelo massacre de pessoas escravizadas durante décadas.

Como podemos enaltecer na pedra da calçada um passado esquecido de milhares de pessoas torturadas, violentadas, mortas, oprimidas, silenciadas, em que as suas marcas/feridas se estendem até aos dias de hoje e que ainda passam de geração em geração?

Que parte da história é contada às crianças e jovens na escola nos dias de hoje? Como explico às minhas

filhas sobre o silenciamento do passado no país onde elas cresceram, sobre toda a dominação colonial que existiu e a ausência desta história no espaço público, espaço público esse que opta por enaltecer os brasões coloniais da Praça do Império?

Não se trata de uma reescrita da história ou vitimização, como muitos insistem em lamentar. Face à insistência dos brasões coloniais, gostaria que a minha história fosse contada tal como ela aconteceu em relação aos meus antepassados e dos atos cometidos, embora, para muitos de nós, não faça sentido em 2023, comemorar um passado em que a narrativa que se fala é a dos “Descobrimentos”. Ela não faz sentido sem um acompanhamento e reflexão sobre o seu passado, sobre a violência cometida, durante um longo tempo, às pessoas escravizadas.

A forma como apresentamos o nosso espaço público diz muito sobre o que uma sociedade valoriza: as pessoas que homenageamos, as estátuas, os nomes das ruas... E se é importante não esquecer o passado, também é importante saber enquadrá-lo e contextualizá-lo para que não se repita no futuro.

Ao termos consciência sobre o passado da nossa história, ganhamos consciência

de que o racismo realmente existe, e falar sobre o racismo, é combatermos os preconceitos e desigualdades, de modo a que todas as pessoas sejam incluídas numa sociedade mais justa e igualitária.

Em maio de 2016, a Djass — Associação de Afrodescendentes teve a ideia da criação de um memorial na Ribeira das Naus para “homenagear as vítimas da escravatura e celebrar a abolição da escravatura e o tráfico de pessoas escravizadas”, uma iniciativa que permite falar do passado colonial, assim como do silenciamento e invisibilização das pessoas negras e racializadas no dia de hoje. Infelizmente, sete anos depois, o memorial ainda está por concretizar. Ao discutirmos e pensarmos em conjunto estas questões, encontramos diversas formas de as superar. Pensar no passado como ele realmente aconteceu é pensar no futuro de forma a não repetirmos os mesmos erros e darmos oportunidades para que as pessoas negras e racializadas que vivem em Portugal façam parte e contribuam para esta sociedade de igual modo.



Brasões Coloniais da Praça do Império, Lisboa

## Urbanismo

# Quem ganha com a isenção de IMT de Carlos Moedas

por Joana Filipe

O PSD e o CDS, na Câmara Municipal de Lisboa, propuseram (duas vezes) a isenção de IMT na aquisição de imóveis destinados à habitação, por jovens até aos 35 anos, alegando tratar-se de uma forma de captar população jovem para a cidade. A estimativa da despesa fiscal associada seriam cerca de 4,5 milhões de euros por ano.

Nós discordamos dos (alegados) benefícios desta medida e explicamos porquê.

A posição do LIVRE, tal como defendida em reunião de Câmara, é clara: é urgente pensar e implementar medidas para mitigar os impactos da crise da habitação em Lisboa. Os preços das casas na cidade continuam a bater recordes; esta tendência afeta especialmente os jovens, e cria um fosso geracional entre aqueles que puderam comprar casa própria e os que não conseguem aceder ao crédito bancário ou amealhar o suficiente para pagar o valor da entrada.

Então, porque não isentar os jovens do pagamento do IMT, imposto que cresce ao que têm de pagar na compra da casa?

A ideia de introduzir esta isenção ao IMT, por bem-intencionada que possa parecer, terá pouco impacto neste cenário. Se não vejamos, para ver aprovado o crédito à habitação, o rácio entre o financiamento e o valor da operação de compra não pode ultrapassar os 90%. Significa que para um imóvel de 250 mil euros (limite para o qual a medida do PSD e CDS se aplicaria) será sempre necessário ter

o valor para a entrada, 25 mil euros.

Segundo dados da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), os jovens poupam em média cerca de 20% do seu rendimento, significa isto que alguém com um salário líquido de €1500 demoraria sete anos a acumular a riqueza necessária para a entrada da casa.

E quantos jovens em Portugal ganham €1500 líquidos? Com base no mesmo estudo da FFMS, menos de 7%. Mas isto leva-nos a outra questão, conseguem os jovens suportar a mensalidade do crédito à habitação? Fizemos várias simulações para as taxas de juro atualmente praticadas pelos bancos, experimentámos diferentes maturidades dentro das recomendações do Banco de Portugal e a mensalidade mais baixa que obtivemos foram €1085. Ora, para uma taxa de esforço de 33% isto significa ter um rendimento líquido mensal de €3255. Os 7% mencionados acima reduzem-se a menos de 3%, mesmo quando temos em conta que os salários na cidade de Lisboa são em média mais elevados do que a média nacional.

Feitas as contas, esta medida exclui cerca de 100 mil jovens entre os 20 e os 35 anos (97% dos jovens residentes em Lisboa), os mesmos que supostamente pretende apoiar, chegando apenas aos mais ricos.

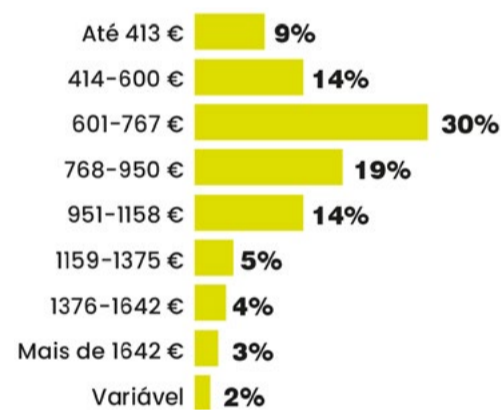
Há ainda a questão da oferta de casas por um valor até 250 mil euros em Lisboa. Procurámos... são cerca de 8% dos anúncios online, ou cerca de 1000 casas, com menos de 50 m<sup>2</sup>, em média, e muitas das quais com necessidades de intervenção ou reabilitação.

O acesso à habitação é talvez o maior problema que a cidade enfrenta nos dias de hoje, aproximando-se de um ponto de rutura.

No acesso à compra de casa, são precisamente os jovens quem tem mais dificuldade para suportar os preços praticados num mercado imobiliário tomado por tendências de natureza especulativa, alimentadas por incentivos fiscais como os Vistos Gold e onde o parque público não tem dimensão suficiente para funcionar como contrapeso.

Ao ignorar a realidade dos jovens que residem ou pretendem viver na cidade de Lisboa, esta medida deixa de fora mais de 540 000 munícipes, jovens e não só, muitos em situação de carência habitacional e para os quais outros apoios, como o Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível, reforçados na medida da receita que se perderia com esta isenção, podem ter um impacto real e imediato para quem mais precisa — jovens, famílias monoparentais ou idosos.

## Distribuição do salário líquido mensal dos jovens em Portugal



Fonte: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Patrícia Robalo

Conselho Municipal de Habitação



A representante do LIVRE no Conselho Municipal de Habitação é arquiteta, vive e trabalha em Lisboa. Com diversas práticas profissionais nos campos da arquitetura, é co-fundadora do atelier muta, co-coordenadora dos projetos 'Mulheres em Construção' em Aveiro e 'Entre o Chão e o Telhado' em Águeda desenvolvidos pela associação Mulheres na Arquitetura, no âmbito do programa público Bairros Saudáveis.

Tem criado e integrado projetos de curadoria e divulgação de Arquitetura e de Urbanismo, entre os quais: 'Terra como Casa - Ecofeminismos e Espaço', financiado pela DGArtes e pela CIG; 'Linhas de Violência' da representação portuguesa da Bienal de Veneza 2022; e comissária da edição 2019 do Open House Lisboa.

Integra os órgãos sociais da Associação Mulheres na Arquitetura e está no LIVRE desde 2018 onde no LIVRE, faz parte do Grupo de Contacto.

# Proteger e viver a Baixa de Lisboa

por Isabel Mendes Lopes

A Baixa é um dos corações da cidade de Lisboa. É preciso preservar a sua história e o seu passado mas também escolher o seu rumo futuro.

A Baixa de Lisboa é um dos locais mais emblemáticos da cidade e um lugar único pela sua localização na cidade, pela sua proximidade ao rio Tejo, pela sua história (e que história!), pela sua arquitetura e pela sua vida. Preservar e manter viva a cidade de Lisboa passa também por salvaguardar a Baixa e as suas características únicas e por garantir que não é unicamente dominada pelo inevitável turismo.

Foi por isso que recebemos com entusiasmo a notícia da candidatura da Baixa a património

mundial, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa à UNESCO em janeiro de 2023, depois do LIVRE muito ter insistido na importância dessa candidatura. Mas precisamos de mais: precisamos de conhecer o atual estado de conservação da Gaiola Pombalina, de dar a conhecer as múltiplas camadas de história da Baixa com um centro interpretativo do Pombalino ou a divulgação de uma carta arqueológica e de um roteiro pela história da Baixa. Para salvaguardar o património não basta preservá-lo, é preciso também dá-lo a conhecer.

E temos de continuar a fazer história, na Baixa de Lisboa, e de garantir que a Baixa ganha vida e é vivida pela cidade e pelas suas pessoas, sem ser descaracterizada ou monopolizada pelo turismo. Por isso, o LIVRE defende que haja um debate público sobre o futuro da Praça do Comércio, motivado pela saída dos ministérios que hoje ocupam o edificado do Terreiro do Paço, de forma a garantir que este espaço é aproveitado à luz de uma visão mais cultural e artística, mais focada no acesso ao conhecimento e no exercício da cidadania, acolhendo todas as pessoas

que moram, trabalham ou visitam Lisboa. E também por isso, o LIVRE defende a preservação das lojas com história na Baixa, a manutenção da habitação e de habitação acessível, a plantação de árvores e vegetação ou ainda a implementação da Zona de Emissões Reduzidas Avenida Baixa-Chiado — todas medidas essenciais para assegurar qualidade de vida a quem está na Baixa.

Preservar a Baixa é também dar-lhe vida. Continuaremos a lutar por isso.



Quartel dos Sapadores, Lisboa

## Velhas casas para ideias novas: o que fazer aos quartéis vazios?

por Paulo Muacho

O Quartel de Sapadores em Lisboa, um espaço com uma área de cerca de 30 mil metros quadrados, alberga hoje alguns militares afetos à Direção de Comunicações e Sistemas de Informação do Exército Português. Um pouco mais à frente, junto ao Largo da Graça, existe o Quartel da Graça, um antigo convento que se encontra agora vazio, com uma área bruta de construção de 15.495,25 metros quadrados. Numa outra colina, na ponta oposta da cidade, o Quartel de Campo de Ourique alberga hoje a Escola do Serviço de Saúde Militar. Na Praça do Chile, bem no coração de Arroios, o Hospital de Arroios, também ele antigo convento, local onde foi encontrado morto o Almirante Cândido dos Reis que deu nome à Avenida, e, segundo se diz, assombrado, encontra-se vazio há mais de 30 anos. Serve hoje em dia, parcialmente, de parque de estacionamento.

Esta não é uma realidade apenas de Lisboa. Um pouco por todo o país há antigos edifícios públicos, quartéis ou hospitais completamente vazios ou subaproveitados. Alguns estavam destinados à especulação imobiliária ou hotelaria, mas muitos dos projetos acabam por ser abandonados e os edifícios em zonas nobres e centrais da cidade permanecem vazios.

O LIVRE tem defendido a conversão destes edifícios em habitação temporária para estudantes e, a longo prazo, transformá-los em residências ou em habitação acessível para a classe média.

A nível nacional apenas 9% dos mais de 175 mil estudantes deslocados do ensino superior têm lugares em residências de estudantes. Estes jovens têm de recorrer muitas vezes ao aluguer de quartos e casas que podem ir, em média, até aos 800€ em Lisboa, aos €650 em Setúbal ou aos €700 no Funchal, o que torna estas despesas incomportáveis para muitas famílias.

Em 27 de setembro de 2022, o LIVRE apresentou na Assembleia da República o Projeto de Resolução 250/XV/1 que recomendava ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado.

Também na Câmara Municipal de Lisboa o LIVRE apresentou a mesma proposta no âmbito de um Pacote de “Medidas de proteção das famílias e dos pequenos negócios no contexto de inflação”. A proposta que, neste ponto, foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara a 22 de setembro de 2022, mandata o Presidente da Câmara para iniciar, junto do Governo e do Estado Central,

As nossas cidades têm vários antigos edifícios públicos e quartéis militares sem utilização.

O que fazer com eles será uma das lutas das próximas décadas.

o processo de cedência dos quartéis militares ou outros edifícios desocupados, tendo em vista a sua adaptação, num curto/médio prazo, para residências públicas destinadas a estudantes universitários, aumentando a oferta de unidades a custos mais reduzidos e acessíveis.

A proposta, porém, não teria o mesmo sucesso no parlamento. Depois de descer à especialidade sem votação, a proposta acabou totalmente “esventrada” pelo Partido Socialista, e a versão final levada a votação já não integrava a proposta e utilização destes edifícios públicos vazios, o que levou o deputado do LIVRE, Rui Tavares, a abster-se na votação final global do texto.



Quartel de Campo de Ourique, Lisboa

## Um Programa Ecológico de Reabilitação dos Bairros Municipais

por Francisco Costa

A 7 de maio de 2023, o Programa Especial de Realojamento — o programa que mudou a cidade e permitiu que milhares de pessoas passassem a ter habitação digna — celebrou 30 anos. No âmbito dessa celebração, Carlos Moedas anunciou, em março, um investimento de 85 milhões de euros em bairros municipais, mas sem definir metas concretas ou especificar como será gasto esse dinheiro.

Com vista a elevar a fasquia para o o destino deste investimento, o LIVRE apresentou uma proposta de criação de um Programa Ecológico de Reabilitação dos Bairros Municipais, o PERbm +30. Inspirado pelos melhores exemplos de reabilitação de bairros sociais do pós-guerra em toda a Europa e aproveitando o financiamento do PPR, o programa propõe melhorar as condições do parque habitacional da cidade com práticas que permitam transformar a totalidade dos edifícios dos Bairros Municipais de Lisboa, com foco na sustentabilidade e eficiência energética.

Entre as várias medidas propostas, o programa inclui melhorias na acessibilidade aos edifícios, reforço do conforto térmico e poupança energética, ampliação do espaço útil dos edifícios, reforço da resistência sísmica, fortalecimento do tecido social dos bairros e reforço das áreas verdes e mobilidade suave.

Mas não basta transformar os bairros municipais em comunidades energéticas independentes e sustentáveis, é preciso promover um maior debate público e envolver as pessoas nos processos de decisão. Com esta proposta ambiciosa, esperamos alcançar uma requalificação total dos bairros municipais — casas e espaço público — que vai melhorar a qualidade de vida dos moradores e reforçar as nossas comunidades.



Tour Bois le Prêtre em Paris – e proposta de Transformação PLUS  
Fonte: Anne Lacaton & Jean-Philippe Vassal et Frédéric Druot  
Remise des Prix Global Award for Sustainable Architecture™ 2018 et conférences

## Ambiente & Mobilidade

# LIVRE Propõe Ambiciosa Expansão da Rede BICIPARK em toda a cidade

por Francisco Costa

Como é que podemos promover uma maior mobilidade sustentável na cidade? O LIVRE apresentou uma proposta na Câmara Municipal de Lisboa que vai permitir a expansão e melhoria da rede BICIPARK, bem como a criação de espaços seguros de estacionamento para bicicletas em toda a cidade.

Não têm faltado na imprensa local reiteradas queixas dos utilizadores de bicicleta sobre a falta de estacionamento seguros. Aliás, estudos académicos realizados sobre a mobilidade na cidade de Lisboa concluem que, para não-ciclistas, o 5.º fator mais importante que os faria adotar a bicicleta é precisamente ter espaço para a guardar.

De modo a definir metas mais ambiciosas de expansão para os próximos anos, garantindo que a rede atenda adequadamente à crescente

demanda por estacionamentos de bicicletas, o primeiro ponto da proposta do LIVRE apela à Câmara Municipal a colaborar com a EMEL na realização de um estudo mais alargado e detalhado, e à expansão imediata da rede BICIPARK.

Para alcançar uma cobertura abrangente das necessidades de estacionamento de bicicletas em Lisboa com baixo custo, o segundo ponto propõe a criação de um protocolo entre a Câmara Municipal e a EMEL para a cedência de espaços não-habitacionais do município para instalar bicicletários da rede.

Outra das medidas do LIVRE propõe que a EMEL crie protocolos com instituições públicas — unidades de saúde, universidades e outros polos aglomeradores de pessoas, como áreas comerciais e de serviços, sejam públicas ou privadas. Esses protocolos facilitariam a expansão da rede BICIPARK dentro desses estabelecimentos, garantindo

acesso universal para todos os utilizadores da rede.

A proposta destaca a necessidade de priorizar a expansão da rede BICIPARK com base em critérios pré-definidos, incluindo a proximidade de grandes centros de transporte, como estações de comboio e metro, além de áreas densamente povoadas. Além disso, serão considerados pedidos diretos de residentes ou grupos de residentes, garantindo uma distribuição equitativa das instalações de estacionamento de bicicletas em toda a cidade.

Finalmente, o último ponto propõe que a EMEL identifique locais com presença policial 24 horas por dia, incluindo esquadras, embaixadas, ministérios e outras instituições públicas ou privadas. Com base nessa avaliação, serão criados espaços de estacionamento seguros para bicicletas em espaço público próximos e visíveis das instituições. Essa seria uma

solução temporária com o objetivo de suprir a necessidade urgente de estacionamentos seguros para bicicletas em toda a cidade, enquanto a rede BICIPARK não se expande para todas as áreas.

A proposta apresentada pelo partido LIVRE, que à data desta edição ainda aguarda agendamento e votação quase seis meses depois de submetida, demonstra um compromisso reiterado em promover opções de transporte sustentável em Lisboa que melhorem a mobilidade geral para os seus residentes e visitantes.



## Pela devolução da Avenida de Ceuta às pessoas

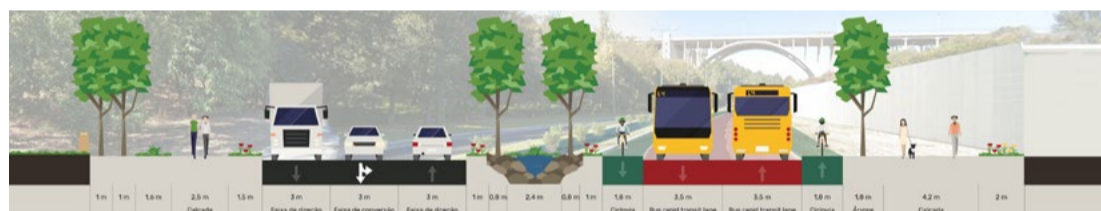
por Francisco Costa

Uma das primeiras propostas apresentadas pelo gabinete do LIVRE na Câmara de Lisboa, em dezembro de 2021, defende o regresso da água ao Vale de Alcântara. De acordo com a moção “Pela Devolução da Avenida de Ceuta às pessoas”, está previsto um novo rio ao centro da Avenida, como já estava planeado no projeto do executivo municipal anterior.

Mas a proposta vai mais longe ainda e propõe a redução do trânsito automóvel na via, de modo a privilegiar o transporte público

e garantir uma maior fluidez e eficiência através de um corredor BUS segregado e ininterrupto. Ao mesmo tempo, seria libertado mais espaço para a criação de passeios e condições de acessibilidade e segurança pedonal em ambos os lados da Avenida. Algumas das medidas passam também por criar percursos pedonais sombreados bem como a construção de ciclovias, fazendo a ligação da rede ciclável a norte.

A moção do LIVRE foi apresentada no âmbito da Proposta do Executivo de Carlos Moedas com vista à Reparação Urgente de Rotura no Caneiro de Alcântara (Troço junto À ETAR De Alcântara). Esta rotura determinou o corte do trânsito na Avenida de Ceuta, no sentido Sul-Norte, passando ambos os sentidos a fazer-se no espaço antes reservado ao sentido Norte-Sul. Mas enquanto durou, esta alteração drástica ao



Perfil da proposta do LIVRE para a Avenida de Ceuta

trânsito automóvel não provocou quaisquer aumentos significativos do congestionamento ou de circulação do tráfego automóvel na Avenida.

No seguimento desta intervenção de emergência da CML, o LIVRE propõe que a Avenida de Ceuta não volte a reabrir à circulação automóvel nos moldes anteriores, procurando tornar esta avenida urbana mais segura, ecológica e humana.

A moção do LIVRE surge em linha com a promulgação, pelo Presidente da República, da Lei de Bases do Clima, que reúne as orientações para a política climática

portuguesa e admite a antecipação da neutralidade carbónica do país, e vai ao encontro do compromisso assumido pelo próprio Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, responsável pelo Pelouro das Alterações Climáticas.

Apesar de aprovada por unanimidade, até ao fecho desta edição, e quase ano e meio depois da sua votação, esta proposta não teve qualquer desenvolvimento pelos vereadores com pelouro do executivo de Carlos Moedas e continua por concretizar.

## Recolha de lixo: O que pode ser feito?

por Rui Simões

A Higiene Urbana em Lisboa tem mobilizado boa parte da atenção dos lisboetas. Não têm faltado imagens de lixo a transbordar os caixotes e a espalhar-se pelos passeios das ruas. A recolha nem sempre acontece e esta situação levou a que os cidadãos se mobilizassem pelas freguesias, de modo a ajudar a fazer aquilo que a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia mostraram incapacidade para resolver.

Em Outubro o LIVRE requereu na Assembleia Municipal de Lisboa

um debate de atualidade para abordar, com urgência, a situação em Lisboa e apresentou a Recomendação “Lisboa Limpa, Melhor Ambiente” aprovada pela maioria dos partidos.

A elaboração de um Relatório de Monitorização à Gestão de Resíduos pela CML e Juntas de Freguesia, campanhas de Cidadania Ambiental, expansão do sistema de Ilhas Ecológicas, elaboração do Plano Municipal de Gestão de Resíduos 2022/2030 no âmbito do PERSU 2030, destacam-se entre as medidas recomendadas.

## Os custos ambientais da Jornada Mundial da Juventude

por Paulo Muacho

O altar palco que será construído para a Jornada Mundial da Juventude gerou indignação generalizada e obrigou PSD e CDS a reverem a obra.

Mas para além do custo monetário, o projeto megalómano para receber o Papa terá também um custo ambiental relevante. Em fevereiro de 2023, o Vereador em substituição do LIVRE, Carlos Teixeira, questionou o executivo relativamente ao futuro a dar à zona hoje conhecida como Aterro de Beirolas, o local onde será construído o altar-palco, na zona norte do Parque das Nações.

Os planos de pormenor desta zona previam a criação de um parque urbano, uma nova zona verde ligada ao Tejo e onde os lisboetas poderiam beneficiar da proximidade ao rio num contexto de lazer. O que está agora previsto é a construção de um palco numa zona de aluvião, onde os solos não são adequados

à construção, o que implicará a necessidade de reforço da base da estrutura que será definitiva.

Por isso, o LIVRE questionou o executivo sobre quais os usos futuros a dar àquele espaço e em concreto ao altar-palco. Uma utilização intensiva para, por exemplo, festivais de música, pode ser incompatível com a preservação da biodiversidade, nomeadamente das aves que habitam o estuário do Tejo. Falamos de uma zona de enorme riqueza biológica que justificou a criação de uma Zona Especial de Conservação e de uma Zona de Proteção Especial (ao abrigo das Diretivas Europeias Aves e Habitats), tornando ainda maior a responsabilidade de a defender e preservar para o futuro.

## Revelar as heranças de Lisboa num Museu Narrativo

por Safaa Dib

Na vasta história de Lisboa, a cidade atravessou séculos de conquistas e tomadas de poder, assistiu à partida e chegada de povos e civilizações, explorou rotas marítimas, não faltaram catástrofes naturais e mudanças de regime político, em suma, todo um património histórico e cultural rico que hoje, mais do que nunca, importa dar a conhecer junto de diversos públicos.

É nessa tentativa de preservar a memória que o gabinete do LIVRE apresentou, em reunião de Câmara em maio de 2022, uma proposta de criação de um Museu Narrativo em Lisboa. Um espaço que vai permitir tornar ainda mais viva a memória da cidade, contando a história dos seus locais e pessoas em roteiros e percursos, mas não só. Não é um museu típico que expõe os seus

tesouros em vitrines ou longos corredores. Existem, aliás, vários exemplos internacionais que servem de inspiração ao Museu Narrativo, como o Tenement Museum, em Nova Iorque, que conta as histórias dos primeiros imigrantes que chegaram à Nova Iorque, reconhecendo o seu contributo para a construção da cidade e do país.

Em Lisboa não faltam exemplos de muitas comunidades imigrantes a quem falta dar maior visibilidade. Algumas delas retratadas nos painéis de Almada Negreiros nas Gares de Alcântara e da Rocha do Conde Óbidos, uma das obras-primas da pintura portuguesa do séc. XX. Gares essas que estão quase abandonadas e à espera de contarem a sua história à cidade.

Com o Museu Narrativo, não nos limitaremos ao passado remoto, mas queremos recuperar as histórias da Lisboa moderna e contemporânea, das suas inúmeras identidades, mas também de

todos os que aqui encontraram um porto de abrigo.

Um museu desta natureza em Lisboa teria naturalmente de trabalhar em cooperação com o Museu da Cidade e outros equipamentos ligados ao Património, estendendo a colaboração a entidades públicas e privadas ou instituições académicas. Além disso, com esta iniciativa seria possível, através da criação de uma rede de memoriais, resgatar do esquecimento várias áreas da cidade.

Ainda aguardamos o agendamento desta proposta para votação, mas continuaremos a insistir. Estas são histórias que queremos preservar, com toda a dignidade que Lisboa merece, e que importa partilhar e salvar para as gerações futuras.



Museu de Lisboa

## Gabinete Brasileiro de Leitura: um local de encontro

por Geizely Fernandes



Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, Brasil

No âmbito da celebração dos 200 anos da Independência do Brasil em 2022, o LIVRE apresentou uma proposta de criação de um Gabinete Brasileiro de Leitura em Lisboa, uma iniciativa que pretende reforçar os laços de amizade entre os dois países e que foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa.

Em 1837, quinze anos após a independência do Brasil, emigrantes portugueses no Rio de Janeiro fundaram o Real Gabinete Português de Leitura que hoje acolhe a maior coleção de literatura portuguesa fora de Portugal. Porém, não existe uma instituição equivalente em Lisboa. O Gabinete Brasileiro de Leitura em Lisboa surge para suprir essa falta, contribuindo para o intercâmbio cultural

entre Portugal e Brasil por meio de um acervo com obras de autoras e autores brasileiros.

A proposta do LIVRE vai permitir a integração do Gabinete Brasileiro de Leitura na rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa, proporcionando um espaço dedicado à riqueza da literatura brasileira. Além disso, pretende-se que seja um local de encontro, conhecimento e diálogo entre as duas culturas. A iniciativa foi divulgada e muito bem acolhida na Bienal do Livro em São Paulo de 2022, mostrando que esta é uma proposta que importa promover como forma de cooperação e união entre ambos os países.

## LIVRE propõe a grande Biblioteca Pública Eduardo Lourenço

por Safaa Dib

Como imagina a biblioteca do futuro? No passado as bibliotecas públicas foram essenciais para difundir a literacia e a cultura por todo o país e também na cidade de Lisboa. As bibliotecas do futuro, porém, podem ser bem mais do que um repositório de livros, mas um local de encontro, de partilha cívica e cultural.

Por incrível que pareça, Portugal não tem uma grande biblioteca pública de dimensão europeia e internacional, que, por exemplo, esteja aberta a toda a gente a todas as horas, prestando o serviço público que uma grande biblioteca pública hoje deve desempenhar: não tanto apenas de acervo de livros, mas também um espaço de estudo, de estúdio para gravar podcasts ou vídeos, de salas multimédia onde ter acesso à comunicação social de todo o mundo, de espaços de debate e de animação cultural permanente, de “biblioteca de coisas”.

E num momento em que se celebram os 100 anos do nascimento de Eduardo Lourenço a 23 de maio, não haveria nome mais adequado para esse espaço do que o de “Biblioteca Eduardo Lourenço”. Nenhum outro pensador da nossa modernidade refletiu melhor sobre os tempos passados, presentes e futuros de Portugal e da Europa. Não há melhor homenagem a este pensador do que ver milhares de pessoas de todas as idades a experimentar quotidianamente na biblioteca com o seu nome, no Portugal democrático, o tipo de liberdade que ele experimentou ao sair do Portugal ditatorial, e o fascínio de haver um lugar onde o nosso interesse pode partir a todo o momento em todas as direções — da literatura à ciência e às artes e ao pensamento, nosso e dos outros.

Com esta proposta do LIVRE na CML, propomos a Grande Biblioteca Pública Eduardo Lourenço que permita articular as dimensões portuguesa, europeia e internacional, como só Eduardo Lourenço conseguiu fazer, e que sirva de casa aberta ao mundo.



Eduardo Lourenço

## Eleitos do LIVRE

## Patrícia Gonçalves

Câmara Municipal



A Vereadora em substituição do LIVRE é natural do Barreiro e residente em Lisboa. Entre 2017 e 2021 foi deputada municipal em Lisboa. É investigadora na área da física experimental de partículas e suas aplicações e Professora Universitária no Instituto Superior Técnico.

Para além da participação política, foi fundadora da Associação República e Laicidade, da qual é primeira vogal da mesa da Assembleia.

## Carlos Teixeira

Câmara Municipal



O Vereador em substituição do LIVRE é biólogo, Mestre em Biologia da Conservação (Universidade de Lisboa) e Doutor em duas áreas: ciências da terra e da vida (Universidade Livre de Amesterdão) e engenharia do ambiente (Instituto Superior Técnico).

Ativista pelo ambiente, pelos direitos dos animais e pela cidadania participativa desde jovem, foi Vice-Presidente da Liga para a Protecção da Natureza (LPN), membro da comissão executiva do European Environmental Bureau (EEB) e da rede ELEEP (Emerging Leaders in Environmental and Energy Policy), do Atlantic Council & Ecologic Institute.

## Isabel Mendes Lopes

Assembleia Municipal



A Deputada Municipal do LIVRE é natural de Lisboa, licenciada em Engenharia Civil e especialista em transportes e mobilidade.

Move-se pelas questões de aprofundamento da democracia, da partilha e da colaboração para a construção de uma sociedade mais justa e digna, onde a distribuição da riqueza, do tempo e das oportunidades seja equitativa.

Foi membro da direção do LIVRE durante 6 anos e é atualmente membro da Assembleia do LIVRE. Adora contar histórias e é apaixonada pelo universo dos livros infantis.

## João Monteiro

Assembleia de Freguesia da Penha de França



O representante do LIVRE na Assembleia de Freguesia da Penha de França é biólogo de formação e doutor em História e Filosofia da Ciência, tendo já trabalhado como comunicador de ciência. Tem uma ativa participação cívica, fazendo parte dos órgãos sociais da COMCEPT (associação de divulgação científica), da Associação Ateísta Portuguesa (AAP) e da Associação República e Laicidade (ARL). É coautor do livro “Não se deixe enganar”, editado pela Contraponto, que foi integrado no Plano Nacional de Leitura.

## Francisco Ferreira

Assembleia de Freguesia do Lumiar



O Representante do LIVRE na Assembleia de Freguesia do Lumiar é Licenciado em Relações Internacionais e Mestre em Gestão. Trabalha atualmente na banca de controlos regulatórios e tem particular interesse na política e economia internacional, bem como em tópicos financeiros e orçamentais, energia e política local.



Felicitas Iulia Olisippo

## A cidade serve para se ser feliz. O que está a falhar?

Rui Tavares, vereador do LIVRE na cidade de Lisboa

Quando os romanos chegaram a Lisboa, tiraram-lhe logo a pinta e deram-lhe um nome que, infelizmente, pouca gente recorda: Felicidade. FELICITAS IVLIA OLISIPPO, de sua graça completa, em belos caracteres latinos. Felicitas, felicidade pois, de nome próprio. Iulia da parte da mãe romana. Olisippo do pai grego Ulisses, como acreditavam os antigos, ou se calhar cartaginês, ou fenício, ou tartéssio, ou turdetano, ou se calhar desconhecido e por isso mesmo mais misterioso.

Foi amor à primeira vista e não podia falhar: com as suas sensuais colinas em anfiteatro, as ribeiras então ainda à superfície fluindo sinuosas para o estuário prateado, com as lezírias magníficas, não muito longe, de cujas éguas se dizia que para ficarem férteis lhes bastava receber a brisa do Tejo, com a crença (falsa, mas) generalizada entre romanos de que Ulisses fundara a cidade para refúgio dos horrores da

Guerra de Troia, toda a Lisboa falava a linguagem do desejo, dos prazeres e da volúpia, fosse ela física, fosse filosófica. Ao mundo Antigo acrescentou ela o mistério: os gregos (e depois os árabes) acharam que por aqui andaria a ilha Atlântida, e a primeira vez que os nossos antepassados olisiponenses apareceram nos anais de Roma foi por terem visitado em delegação a capital do império para relatar que aqui se avistavam tritões e sereias. Da Al Usbuna moura que se seguiu à Olisippo romana veio a aventura, e Alfama ainda guarda a memória dos primos al usbunenses a que chamaram “os aventureiros” e que dali saíram para ver onde acabava o mar.

Nos seus mais de dois mil anos, — ou até três mil segundo alguns arqueólogos a quem devemos a descortesia de perguntarem a idade a esta senhora —, Lisboa continua sedutora como sempre e como nunca. Esse não é o problema.

O problema é outro. É que os políticos deixaram de saber como a amar — à cidade e à própria política. Os Antigos tinham, nisto, razão. A felicidade não é uma preocupação colateral da política, mas o seu objetivo principal. E a cidade, sede da política (é de cidade,

*polis*, que ela ganhou o nome), serve para se ser feliz.

Quando quem governa Lisboa só a sabe amar pelos olhos dos outros, um dia acontece o inevitável: nem os lisboetas se sentem amados, nem a cidade sente o amor de volta, nem os que a procuram lhe entenderão o encanto. Capitais de pechisbeque há muitas.

O problema não é Lisboa ser atrativa, como o é Amesterdão ou Viena. O problema é que nos Países Baixos há mais de trinta por cento de oferta de habitação pública, a custos controlados, e em Viena há sessenta por cento, e em Portugal e Lisboa não chegam a dois e dez por cento esse números, a maior parte dos quais em habitação social que não foi dirigida para jovens nem para a classe média.

O problema não é Lisboa ser dinâmica. Como poderia não o ser? Essa parte é fácil; a parte que é uma arte difícil é saber juntar ao dinamismo a dignidade de todos, jovens e velhos, de longa data e recém-chegados, na diversidade que nos faz mais fortes. Dinamismo, com dignidade e na diversidade. Lisboa também precisa dos seus 3Ds.

Lisboa tem em si todas as respostas ao tempo presente e ao futuro: basta saber procurar e mostrar. Está, por exemplo, esta cidade cheia de quartéis vazios. O LIVRE tem-se feito porta-voz da causa das “ideias novas para edifícios velhos”, como costumamos dizer. Do Quartel de Sapadores ao da Ajuda, do de Campo de Ourique ao de Santa Clara, do que estamos à espera para ali pôr as creches e os centros de dia, as residências de estudantes e os espaços de teletrabalho e trabalho em

equipa, as sedes de associações e cooperativas, os mercados de frescos e as bibliotecas, e as quintas de painéis solares para carregar as baterias dos mini-autocarros?

Por falar nestes, já ouviu falar dos “amarelinhos”? É uma proposta de há anos do LIVRE, de criar uma rede de transporte escolar ponto-a-ponto, em carrinhas e mini-autocarros elétricos, que permitam aos pais não tirar o carro para as ruas, e aos avós ir ao Centro de Saúde fora dos horários dos miúdos.

E as Veredas de Lisboa? A cidade merece novos caminhos, verdes e à sombra, talvez com o burburinho apenas de um regato, interligando os seus jardins e praças e parques.

E a Biblioteca Eduardo Lourenço, aberta até às tantas para toda a gente? E a Provedoria de Direitos Humanos? E o Gabinete Brasileiro de Leitura? E a Almirante Reis renovada a pensar em primeiro lugar nos peões? E a Avenida de Ceuta, trazendo à superfície a Ribeira de Alcântara, onde os romanos fizeram uma ponte?

Não precisamos de andar aos círculos. Lisboa serve para se ser feliz. Para todos e todas, e não apenas alguns, serem felizes. O que está a falhar é que há quem não esteja bem a ver a cidade que tem nas mãos.







# ALMIRANTE REIS Avenida da Igualdade

## 1. Problemas identificados Segurança Rodoviária

A Avenida Almirante Reis é uma das vias mais perigosas para utilizadores vulneráveis, com o maior número de peões atropelados do país (160), segundo o Estudo do Observatório do ACP.

Atropelamentos por Eixo/Anomalia/Zona				
Av. Almirante Reis	Campanha de Outubro	Av. Liberdade	Eixo Escola Politécnica	Praça Luís Camões (Calçada Coimbra)
160	120	75	66	59
Entrada Benfica (1ª Div. - Portas Benfica)	Entrada Benfica (2ª - 3ª Div.)	Av. Igreja	Rua Marçal Soares	
51	51	44	45	

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

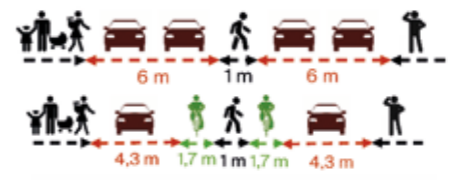


A maioria das passadeiras na Almirante Reis não respeita as boas práticas internacionais de distanciamento - cerca de 80 a 100 metros entre passadeiras.

O Código da Estrada permite o atravessamento fora da passadeira se a distância para a mais próxima for superior a 50 metros.

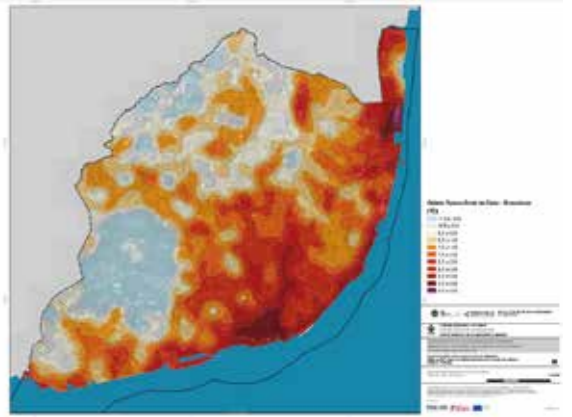
## Atravessamentos informais

Os atravessamentos informais tornaram-se mais seguros para os peões com a introdução da atual ciclovia, pela redução da distância de atravessamento.



## Ilhas de Calor

As alterações climáticas vão tornar cada vez mais frequentes fenómenos de ilhas de calor. A diferença de temperatura na Almirante Reis, em relação à Rua Pascoal de Melo, pode chegar aos cinco graus.



## Poluição Sonora

Segundo os sensores recentemente instalados, a maior fonte de ruído na Avenida Almirante Reis é o tráfego rodoviário.

São excedidos os níveis recomendados pela OMS em 2018!



## Poluição Atmosférica

A poluição atmosférica é uma das queixas mais frequentes nas reuniões públicas de Câmara, pelos cidadãos que nelas participaram. Não parece haver estudos, medições ou dados fiáveis para a poluição atmosférica na Avenida Almirante Reis, anteriores à instalação da ciclovia.

Em março de 2021, foram instaladas novas estações de medição da poluição.

Os primeiros dados começaram a estar disponíveis no final de maio de 2021 e seria importante analisar os dados e disponibilizá-los de forma inteligível a toda a população.

## 2. A proposta do LIVRE Requalificação

Requalificação da Avenida Almirante Reis, que repensa este eixo muito para além da sua ciclovia e cujo foco incide em:

1. maior segurança para os diferentes modos de mobilidade e maior acessibilidade;
2. mais mobilidade ativa e transportes públicos;
3. uma avenida mais saudável - despoluir e descarbonizar;
4. mais arborizada - com mais árvores e de maior porte.

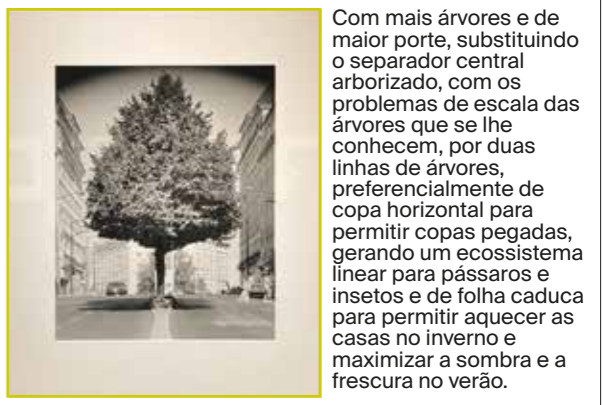
## Objetivos da proposta

Duplicar passadeiras em ambos os lados dos cruzamentos, quando isso não acontece, e criar passadeiras intermédias quando as distâncias entre cruzamentos ultrapassam os 100 metros.



Alargamento dos passeios e plantação de novo alinhamento arbóreo de grande porte (sem os constrangimentos do túnel do metro no centro da avenida);

## Mais arborizada



Fotografia de Luis Pavão, Arquivo Municipal de Lisboa

Com mais árvores e de maior porte, substituindo o separador central arborizado, com os problemas de escala das árvores que se lhe conhecem, por duas linhas de árvores, preferencialmente de copa horizontal para permitir copas pegadas, gerando um ecossistema linear para pássaros e insetos e de folha caduca para permitir aquecer as casas no inverno e maximizar a sombra e a frescura no verão.

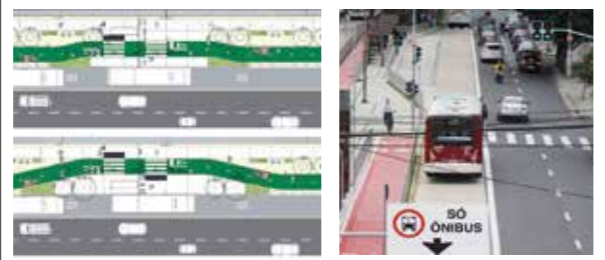
## Iluminação

Redesenho da iluminação pública de tal forma que:

- melhore a visibilidade e a segurança;
- adopte as soluções ambientalmente mais sustentáveis, em termos de consumo energético, e de mitigação da poluição luminosa;
- aumente a utilização de LEDs com temperatura de cor quente de forma a aumentar a sensação de conforto visual no espaço público e evitar efeitos negativos na saúde.



## Transporte público



Tornar todas as paragens dos transportes públicos acessíveis e sem conflitos com a ciclovia.

Incluir uma via exclusiva para transporte público e veículos de emergência que permita paragem sem bloquear o trânsito e ultrapassar o trânsito parado em hora de ponta. Lugares de cargas e descargas nas perpendiculares em todas as interseções junto à avenida.

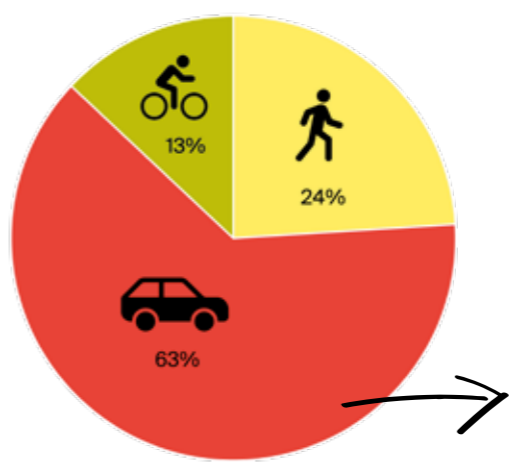
## Vida na rua



Possibilidade de realização de eventos - feiras ou outros -, ao fim de semana, com corte parcial de um dos sentidos da avenida.

Reativação do programa A Rua é Sua

## Situação atual



## Proposta do LIVRE

